

## Universitários ou 'amigos da escola' ?

### Professores e estudantes da Geociências decretam **estado de mobilização permanente** em resposta à falta de condições de ensino na **UFRRJ**

FOTO: Aline Pereira



*Da esq. para a direita: Luciano Alonso, Sérgio Citroni, Gabriel Menezes, Gabriella Gouveia e Francisco Martins. Ao lado, o cartaz informa o reparo na rede elétrica pela Light e o cancelamento das aulas no dia 21 de março.*

No dia 21 de março, professores, estudantes e técnicos do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro protagonizaram uma experiência importante de mobilização. Realizaram uma reunião para buscar, conjuntamente, soluções para um problema crônico que vivem há bastante tempo: falta de infraestrutura adequada ao ensino na instituição. Naquela manhã, foram comunicados pela Light que faltaria luz no prédio, pois, a empresa realizaria reparos na rede elétrica, que, é bastante instável. A constante variação de fase resultou na queima de vários computadores do DGEO recentemente.

Naquele dia, portanto, professores e alunos não teriam aula. Não seria cobrada a presença, mas, ainda assim, muitos compareceram para reivindicar mudanças. Debateram sobre a falta de mobilidade e segurança no campus e expuseram a forma abnegada como têm realizados às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Decretaram Estado de Mobilização Permanente e deliberaram por estabelecer negociações com a Administração Superior, sem prejuízos à possibilidade de uma futura paralisação. Alguns propuseram greve, tamanha a gravidade da situação do DGEO.

Segundo o professor Sérgio Brandolise Citroni, chefe de Departamento do Geociências e vice-diretor do Instituto de

Agronomia, nos últimos 24 meses, cerca de 40 memorandos foram enviados à Reitoria solicitando providências para otimizar as condições de trabalho da Geografia e da Geologia. Até o momento, não houve um posicionamento formal da Administração Superior às reivindicações dos docentes, que ministram 118 disciplinas e estão à frente de mais 23 atividades acadêmicas. Inclusive, um dos processos do DGEO reapareceu, de forma muito oportuna, na manhã em que ocorreu aquela reunião.

Como dito pelos docentes, o processo estava desaparecido. Ressurgiu com a informação de que uma verba, de aproximadamente R\$837mil, deve ser aplicada na reforma de dois prédios, sem incluir, entretanto, a petrologia.

**CONTINUA >**

## COMUNIDADE DISCUTE CONDIÇÕES DE TRABALHO

FOTO: Aline Pereira



**Acima, professor exhibe a pilha dos documentos que foram enviados à Reitoria, solicitando atenção às reivindicações do DGEO. Não houve respostas.**

Professores e alunos querem reparos nos três prédios e mais a construção de um outro anexo, para abrigar cerca de 35 docentes e 300 alunos que pertencem a Geociências e, não contam, por exemplo, com banheiro decente e água encanada. Será formada uma Comissão para analisar o referido processo e estabelecer negociações com a Administração Superior.

De acordo com o Professor Citroni, o a Universidade Rural aderiu ao projeto de expansão do governo federal, instituído por decreto (REUNI), sem ter condições necessárias de levar tal empreitada adiante. Hoje, a realidade da instituição é: criação de novos cursos sem a infraestrutura necessária, superlotação de aulas e várias obras intermináveis, com critérios mal definidos e equivocados. “Não estamos pensando na política interna da UFRRJ e sim na necessidade de que se garanta a infraestrutura mínima para funcionarmos”, salientou.

Durante a reunião, docentes e alunos tiveram a oportunidade de se manifestar. A Professora Regina Cohen Barros, Coordenadora do Curso de Geografia, lembrou emocionada que, apesar das dificuldades, o curso nunca deixou de funcionar plenamente. “Digo que tudo o

que recebemos foi um computador, um laptop e uma impressora. Não deixamos baixar a bola e todos os dias carregamos o piano. Fomos o único curso da Rural que não teve evasão nos dois últimos anos. Estamos sem laboratórios, sem salas de aulas apropriadas e todas as nossas conquistas são fruto de muito sangue, suor e lágrimas. O DGEO conta com 34 professores e 300 estudantes. Viemos somar e temos contado com o apoio da Geologia para seguirmos adiante”.

A Professora Angélica Freitas Cherman, Coordenadora de Curso de Geologia, disse que é muito comum levar trabalhos para realizar em casa porque não há internet no Departamento. Além disso, citou que, em 2010, a chefia enviou 14 memorandos para a Reitoria. Solicitou a compra de 20 microscópios, soube da aquisição de 13 aparelhos, mas, até o momento, os equipamentos não foram entregues, pelo menos no DGEO.

O Professor Francisco José Corrêa Martins, vice-coordenador do Curso de Geologia, afirmou que a comunidade não poderia viver de acordo com o tempo da Reitoria, pois, se as rochas sofrem desgastes, os prédios também se deterioram. De acordo com ele, é preciso que a Administração Superior se posicione

diante das reivindicações do DGEO.

O docente Francisco José da Silva lembrou que aquela reunião era uma vitória, pois, era bastante representativa e simbolizava o fim do imobilismo na Universidade. O fato de o processo sumido ter reaparecido também foi considerado positivo e um sinal de que professores e estudantes estavam no caminho correto.

Vários discentes se manifestaram. Houve a sugestão de que se partisse imediatamente para a Reitoria, como forma de pressionar a Administração Superior a tomar uma atitude efetiva para melhorar as condições de trabalho no DGEO. Em relato impactante, Tony Ewerton disse que lhe causou bastante estranhamento ver seus professores arrastando mobílias e instalando blackout, lavando banheiros, consertando encanamentos e realizando outras funções que não são suas atribuições. “Viramos amigos da escola?” - questionou, sob aplausos.

Os representantes discentes Gabriel Menezes, vice-presidente do Diretório Acadêmico de Geografia e membro do Diretório Central dos Estudantes, e Gabriella Gouveia, vice presidente do Centro de Estudos Geológicos da Rural, informaram ao plenário que, por deliberação de assembleia estudantil, irão espalhar faixas na Universidade, como uma das etapas da atividade de mobilização. Os docentes apoiaram a iniciativa.

### ADUR-RJ saúda professores

O professor Luciano Alonso e a professora Ana Cristina dos Santos estiveram presentes na reunião. O primeiro representou a Diretoria da ADUR-RJ e parabenizou os docentes e os estudantes pela mobilização.

Ele lembrou que a realidade vivida pelo DGEO, infelizmente, também atinge outros setores da Universidade e que é consequência da política governamental que prevê o desmonte do ensino público superior.

“Há uma falha estratégica de gestão. Devemos cobrar mudanças. A ADUR-RJ apóia ao movimento do DGEO e está à disposição para o diálogo”, disse.

## TRABALHO NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RJ

### Comunidade do ICHS também debateu o tema

No dia 12 de março, nas dependências do Prédio de Aulas Teóricas (PAT), os professores do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) estiveram reunidos para debater as condições de ocupação do prédio para o início das aulas. Diretores da ADUR-RJ acompanharam o debate. A Administração Superior estava representada pelo seu assessor, Prof. Ricardo de Oliveira.

Na avaliação, conforme nota enviada por e-mail, os docentes do ICHS reunidos entenderam que: **“o PAT encontra-se ainda em condições precárias de ocupação e uso, em situação contraproducente, além de perigosa e insalubre. Foi consenso entre os professores reunidos que a ocupação do PAT tem por condições mínimas a instalação de ventiladores em todas as salas e a garantia da presença de segurança nas instalações do prédio bem como nas vias de acesso, compromissos assumidos pelos representantes da administração superior até a próxima quarta-feira, dia 14 de março”**.

A Administração Superior garantiu a instalação dos ventiladores no prazo.

Ainda de acordo com a mesma nota, os professores esclareceram que **“as demais aulas do ICHS que estejam alocadas em outros prédios estão ocorrendo em cumprimento do calendário acadêmico, não**

**configurando a decisão de não ocupação do PAT em greve ou qualquer forma de paralização das atividades acadêmicas do instituto, decisão esta que dependeria de um aprofundamento do debate sobre as condições de trabalho entre os docentes das diversas unidades UFRRJ, em assembléia de nossa categoria”**.

No dia 14 de março, eles deliberaram pelo retorno das aulas, já que parte das reivindicações foram atendidas.

Mantiveram o Comando de Mobilização. A ADUR-RJ divulgou a Convocação da Assembleia para o dia 21 de março, salientando que o tema era de interesse de toda a comunidade.

De acordo com o *Rural Semanal* (nº4/2012), as obras no PAT sofreram um atraso por conta de questões judiciais envolvendo a empresa que ganhou a licitação. Se não fossem tais questões, a Reitoria salienta que teria cumprido o planejamento do PRE (Plano de Reestruturação e Expansão) da UFRRJ.

FOTO: Aline Pereira



## Assembleia da ADUR-RJ aprova moção de apoio à comunidade do DGEO e do ICHS

Mais uma vez a ADUR-RJ realizou uma Assembleia para discutir condições de trabalho na UFRRJ. Na tarde do dia 21, os professores estiveram no Gustavo e compartilharam suas angústias pelo fato de a Universidade ter criado novos cursos e não possuir a infraestrutura adequada para abrigá-los.

Novos alunos chegam a cada semestre e as salas de aulas,

muitas vezes inadequadas, não comportam a todos. Citaram o fato de o Pavilhão de Aulas Teóricas (PAT) ter sido inaugurado sem que as obras estivessem efetivamente concluídas, com acessibilidade e iluminação precárias. Rememoraram as discussões das reuniões do ICHS e do DGEO.

Depois do debate, os docentes

decidiram dar mais visibilidade às insatisfações da categoria no que diz respeito às condições de trabalho na instituição.

Na Assembleia, foi aprovada uma Moção da ADUR-RJ em apoio às reivindicações da comunidade do DGEO e do ICHS e a construção do **Observatório do Resgate da Qualidade da UFRRJ**.

## JURÍDICO

### Docentes que ocupam cargos comissionados devem autorizar consulta à sua declaração de imposto de renda

As determinações da Lei nº 8730 (10 de novembro de 1993), que “estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e dá outras providências”, foram ampliadas para os servidores públicos federais, através das Resoluções (65 e 67) do Tribunal de Contas da União – TCU. Isso significa que os professores devem autorizar a Universidade em que está lotado a ter acesso à sua declaração de imposto de renda. No entanto, de acordo com o advogado da ADUR-RJ, Dr. Marcelo Chalhó, a exigência vale APENAS para os docentes que ocupam cargos eletivos, de direção, confiança e etc. “O TCU pode expedir essas Resoluções para disciplinar o assunto em seu âmbito e no que diz à Administração Federal”, disse.

# 28,86%

A ADUR-RJ recebeu de seu assessor jurídico uma lista com 72 nomes de professores cujos cálculos já foram realizados. Estamos selecionando um estagiário do Curso de Direito que ficará responsável pelo contato com os professores para informá-los sobre os procedimentos da ação. Estabelecemos com o advogado que a listagem completa, com os devidos cálculos, será apresentada a Diretoria até final do mês abril do presente ano. Informamos que a lista com os 72 nomes de docentes pode ser encontrada na página da ADUR-RJ. No entanto, os valores serão informados pessoalmente através de nossa secretaria.

## NEGOCIAÇÃO COM O GOVERNO

### Mendonça reafirma que efeito do PL 2203 será retroativo



FOTO: ANDES-SN

O secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento (SRT/MP), Sérgio Mendonça, reafirmou que o PL 2203/2011 terá eficácia aos professores federais a partir de primeiro de março, independente da data de sua aprovação no Congresso.

A declaração foi feita durante a reunião com o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (SPF), que teve como pauta a discussão dos PLs que

tramitam no Parlamento, que envolvem interesses dos SPF. Na semana passada, em entrevista à imprensa, Mendonça já tinha dito que o PL deverá ser retroativo.

Além disso, Mendonça disse que a SRT/MP estaria disposta a participar de uma audiência pública na Câmara para debater o tema. Outra questão polêmica em relação ao PL 2203 é a seção XXIV, que propõe alterar o Regime Jurídico Único no que diz respeito aos adicionais de insalubridade e

periculosidade.

Diante da cobrança das entidades de que o governo retire a seção do projeto, Mendonça disse que iria avaliar internamente e traria uma resposta na reunião agendada para o dia 28, quando será discutida a política salarial.

Em reunião realizada na manhã do mesmo dia com o ANDES-SN, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, disse ser favorável à exclusão da seção XXIV do PL.

O ANDES-SN, como parte integrante do Fórum dos SPF, se reuniu com a SRT/MP para discutir a pauta unificada dos servidores (28/3) e para a retomada das discussões acerca da reestruturação da carreira do professor federal (29/3).

A reunião das entidades dos servidores públicos com o governo aconteceu durante a Marcha da Jornada Nacional de Lutas, em Brasília, que reuniu, na Esplanada dos Ministérios, cerca de 6 mil manifestantes de diversas categorias e de movimentos sociais articulados pelo Espaço de Unidade de Ação

Veja mais em [www.adur-rj.org.br](http://www.adur-rj.org.br).

Fonte: ANDES-SN